



ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE USO E USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO (I ENEU)

EIXO 4: ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL DE USUÁRIOS

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E INSTRUMENTAL PARA O ACESSO INFORMACIONAL: estudo de caso da biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Paracambi-RJ

ARCHITECTURAL AND INSTRUMENTAL ACCESSIBILITY FOR INFORMATION
ACCESS: case study of the library of the Instituto Federal do Rio de Janeiro -
Campus Paracambi-RJ

RESUMO

Estuda a acessibilidade da biblioteca escolar do Instituto Federal do Rio de Janeiro *Campus* Paracambi-RJ e de seu entorno quanto a barreiras arquitetônicas e urbanísticas, com objetivo de investigar as condições de locomoção de usuários com deficiência com comprometimento de mobilidade, em prol de seus acessos informacionais, buscando evidenciar alguns elementos importantes a serem considerados nas adaptações para prover a acessibilidade às bibliotecas escolares. A metodologia adotada foi a de estudo de caso descritivo da situação da biblioteca entre janeiro e março de 2017, considerada na ótica dos ditames da Lei n.º 13146/2013 e da norma técnica brasileira NBR 9050:2015, a partir de dados coletados em pesquisa de campo, tratados qualitativamente da ótica de nove indicadores de ocorrência de barreiras. Estes foram desenvolvidos com base em pesquisas documentais e bibliográficas. Verificou-se que há preocupação dos gestores com o atendimento às exigências da acessibilidade, com a instalação de elevadores e a sinalização de vagas acessíveis no estacionamento, havendo ainda barreiras a serem resolvidas. Concluiu-se que o método permite aos administradores da instituição estabelecer critérios de prioridades para mudanças em prol da acessibilidade, na busca de soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras.

Palavras-chave: Acesso Informacional. Biblioteca escolar. Acessibilidade. Pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade.

ABSTRACT

It studies the accessibility of the school library of the Federal Institute of Rio de Janeiro Campus Paracambi-RJ of in its surroundings regarding architectural and urbanistic barriers, with the objective of investigating the conditions of locomotion of disabled users with mobility impairment, in favor of their access to information, seeking to highlight some important elements to be considered in the adaptations to provide accessibility to school libraries. The methodology adopted was a descriptive case study about the situation of the library between January and March 2017, considered according to the dictates of Law no. 13146/2013 and the Brazilian technical standard NBR 9050: 2015, based on data collected in field research, treated qualitatively from the perspective of nine indicators of occurrence of barriers. These indicators were developed based on documentary and bibliographical research. It was verified that there is concern of the managers about the attendance of the accessibility requirements, about the installation of elevators and the signaling of accessible parking spaces, and there are still barriers to be solved. It was concluded that the method allows the institution administrators to establish criteria of priorities for changes in favor of accessibility, in the search for solutions aiming at eliminating, reducing or overcoming barriers.

Keywords: Informational Access. School library. Accessibility. Disabled person with impairment of mobility.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Paracambi está localizada na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro à 78 quilômetros da capital, próxima ao acesso de grandes rodovias da região serrana e da região industrial do sudeste do país, continua pequena, com aspectos rurais, contando em 2016 com 50.071 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 2016).

Em 2010 foi realizado um recenseamento que informa haver, à época, 3350 pessoas que se autodeclararam com alguma dificuldade motora, o que gira em torno de 6,8% do então quantitativo da população local. Desta, 868 pessoas informaram ter dificuldades de locomoção e necessitar de recursos de tecnologias assistivas que possibilitasse suas mobilidades, montante esse que corresponde a aproximadamente 2% do conjunto. (IBGE, 2010).

Desde esse ano, a população da cidade cresceu pouco mais de 5%. A observação empírica e participante sugere que os percentuais correspondentes às pessoas com alguma dificuldade motora e às pessoas com dificuldade de locomoção e necessidade de recursos de tecnologias assistivas permanecem próximo aos respectivos 7% e 2% encontrados na população de 2010. Sendo assim, é razoável afirmar que atualmente há na localidade 3.600 pessoas com

alguma dificuldade motora e, destas, 950 necessitam de recursos de tecnologia assistivas para a locomoção.

São quantitativos consideráveis, mas não é o número de pessoas impactadas que leva a adoção de políticas públicas para atendê-las de modo que todos os espaços públicos sejam a elas acessíveis e que possam se locomover livres de barreiras. A consideração do senso comum fundamenta-se na aplicação de recursos públicos a partir do número de pessoas impactadas pela decisão, não vale para o caso de políticas públicas em prol de pessoas com deficiência desde 2015. A partir desse ano, com a promulgação da Lei nº. 13.146/2015, a acessibilidade é imperativa e o seu provimento independente da ocorrência efetiva de pessoa com deficiência, bastando a possibilidade latente de sua presença, devendo ser promovida sempre que possível e viável economicamente. (BRASIL, 2015).

Essa Lei nº. 13.146/2015 está direcionada a prover direitos às pessoas com deficiência. Mas, nem todas as pessoas que se autodeclaram com deficiência são amparadas por esse dispositivo legal que, no seu parágrafo § 1º. do Art. 1º., exige que para terem essa condição legalmente reconhecida devem ser biopsicossocialmente avaliadas como “pessoa com deficiência” por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar formalmente constituída. Para ser assim diagnosticada, deve ser constatado, conforme reza o Art. 2º. da mesma Lei, que ela tem um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, impedimento esse que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Para estarem em acordo com a determinação legal, os gestores de espaços públicos precisam adequá-los e, na impossibilidade de preverem todas as situações individuais possíveis de ocorrer com os indivíduos, que como foi visto, são atualmente sujeitos de direito à acessibilidade que devem ter garantido seus acessos ao espaço público e que, os quais, uma vez nesse espaço requerem que eles seja acessível nos aspectos em que se presta ao público, têm como solução a remoção das barreiras que existem no ambiente, viabilizando o seu aproveitamento por todos.

Dessa forma, no espaço escolar deve promover acessibilidade ainda que não ocorra um único caso de aluno ou servidor com deficiência e que nenhuma pessoa em situação semelhante possa vir a transitar em seus espaços.

Pensar em outro modo pode implicar em considerações de discriminação, conforme alerta o Art. 4º. da citada Lei (2015), conforme o parágrafo § 1º. desse mesmo artigo, se considera discriminação, entre outros, a toda forma de restrição a pessoa com deficiência, inclusive se for o caso de omissão, que leve a ocasionar o impedimento do exercício dos seus direitos e de suas liberdades fundamentais, como o de ir e vir, proporcionando o mesmo direito e tenha que fazer adaptações razoáveis e fornecimento de tecnologias assistivas.

Por outro lado, é difícil que as pessoas com deficiência consigam exercer os mesmos direitos que os demais nas condições de acessibilidade precária dos espaços observados no cotidiano. Há necessidade de adequação dos espaços e suas estruturas almejando a acessibilidade. Isso possibilita o questionamento em tornar-se um local acessível.

Com o intuito de contribuir para esse saber, desenvolveu-se uma pesquisa sobre barreiras arquitetônicas e urbanísticas em biblioteca escolar e seu entorno, com objetivo de investigar as condições de locomoção de usuários com deficiência com comprometimento de mobilidade, em prol de seus acessos informacionais, buscando evidenciar alguns elementos importantes a serem considerados nas adaptações para prover a acessibilidade às bibliotecas escolares, tomando para estudo de caso a biblioteca de uma instituição de ensino de Paracambi, o Instituto Federal do Rio de Janeiro - *Campus Paracambi*-RJ.

2 JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA

O entendimento das exigências legais é obrigação de todo cidadão e, entre os milhares de textos legais no qual encontra-se submetido, encontram-se a Lei nº. 13.146/2015 e a legislação e normativas pertinentes à acessibilidade, que são bastante relevantes à área educacional por serem instrumentos voltados para a inclusão das pessoas. A garantia da acessibilidade arquitetônica e instrumental é primordial para possibilitar o acesso igualitário aos espaços físicos a todos os indivíduos que deles fizerem uso, principalmente quando tratamos de uma instituição de ensino, como é o caso proposto.

As instituições de ensino devem ter a preocupação de tornar seus espaços físicos mais acessíveis e adequados conforme a legislação e as normativas, valendo-se dos padrões de qualidade estabelecidos e regulamentados por órgãos responsáveis, como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, de forma a atender às demandas diárias de público, que são os discentes, docentes, técnicos administrativos, familiares de alunos, visitantes, enfim, qualquer indivíduo que possa querer fazer uso dos espaços.

E a Lei não fica restrita ao *layout* dos espaços e demais aspectos arquitetônicos, como banheiros adaptados, rampas e elevadores. Ela determina que leve em consideração as adaptações de realização razoável e o uso de tecnologias assistivas para tornar o ambiente acessível. Entre os espaços públicos, destaca-se o ambiente escolar e sua biblioteca.

As bibliotecas têm como função a garantia de acesso aos recursos informacionais aos seus usuários e a biblioteca no ambiente escolar assume um papel primordial ao viabilizar um espaço de incentivo às práticas pedagógicas, promovendo a leitura, o letramento e o letramento informacional.

A leitura requer a presença de escrita a ser se processada, o que implica que é mister que o leitor tenha acesso ao seu material, que é uma das funções da biblioteca prover. Como agência de letramento, a biblioteca deve fornecer os meios para que seus usuários façam o uso social da escrita e da leitura, propiciando o desenvolvimento do letramento informacional, que se refere às competências que permitem ao indivíduo reconhecer a informação necessária, localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficaz. Mas para que a competência ocorra, a informação deve estar acessível. (SILVA, 2004).

As bibliotecas escolares devem possibilitar aos seus usuários o acesso aos serviços e produtos existentes, não somente pela determinação legal da Lei nº 13.146/2015, mas também considerando o seu entendimento fundador, das Leis da Biblioteconomia ditadas por Ranganathan (1931), matemático e bibliotecário indiano conhecido em sua terra natal como “Pai da Biblioteconomia”, que publicou em 1931 “As Cinco Leis da Biblioteconomia” que são: (1) os livros são para usar; (2) a cada leitor, seu livro; (3) a cada livro, seu leitor; (4) poupe o tempo do leitor; (5) a biblioteca é um organismo em crescimento. (RANGANATHAN, 2009).

Miranda e Miranda (2015, p. 5) sugerem que Ranganathan já ressaltava a importância da inclusão ao citar “As Cinco Leis da Biblioteconomia”, revelando que os livros eram para todas as pessoas independentemente das necessidades especiais que apresentassem.

Sousa e Targino (2016, p. 15) reforçam tal afirmação ao analisarem a Primeira Lei que afirma que “os livros são para usar”, pontuando que essa lei apresenta questões relacionadas ao acesso e à acessibilidade da comunidade usuária da biblioteca, até mesmo no que se refere às instalações:

Se as coleções existem para ser utilizadas, devem estar acessíveis em ambientes que permitam seu uso, incluindo os recursos de acessibilidade para quem mantém necessidades especiais, o qual, quase sempre, precisa contar com o uso de rampas, elevadores e aparatos semelhantes.

Na Segunda Lei da Biblioteconomia, que diz “A cada leitor o seu livro”, também se observa a proposta de que os livros são para todos, sem exceção, conforme citação a seguir:

O princípio da informação para todos põe por terra qualquer tipo de discriminação, e, sobretudo, favorece recursos educacionais aos excluídos socialmente, o que só é possível por meio da disseminação do conhecimento e da democratização do acervo. (SOUSA; TARGINO, 2016, p. 18).

Acrescenta-se que para Campos (1992) a Segunda Lei da Biblioteconomia evidencia o papel social da biblioteca e há preocupação com a oferta de condições de acesso à informação a todos indiscriminadamente, papel esse também presente na Terceira Lei da Biblioteconomia, na frase “A cada livro seu leitor”, argumentando que ela diz ao respeito às necessidades de cada usuário.

Uma biblioteca acessível é o espaço que possibilita o uso por todos, segundo Ferrés (2006, p.21), por ter “[...]instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população”.

Os bibliotecários estão cientes da importância da biblioteca no ambiente educacional, destacando Tamashiro (2016, p.28) em dissertação de mestrado em biblioteconomia sobre pesquisa sobre acessibilidade em bibliotecas:

A biblioteca é responsável pelo fomento da leitura e a formação de uma atitude científica, formando o indivíduo para a aprendizagem contínua. Assim, a biblioteca não está à parte, não é um apêndice ou anexo do sistema educacional, e sim faz parte integral do mesmo.

É de suma importância salientar para que a biblioteca cumpra a sua missão, o acesso físico deve suceder de forma democrática. Bernardino e Suaiden (2011) apontam que é função das bibliotecas disponibilizar e oferecer serviços com base na igualdade de acesso a todos e isso deve ocorrer sem que haja distinção.

Diante dessas afirmativas, há necessidade de verificar as condições de acessibilidade das bibliotecas. Para uma biblioteca, implica na compreensão sobre o problema da movimentação de cadeiras de rodas em seus espaços ao dispor de estantes de biblioteca de pouca altura para permitir o acesso às obras bibliográficas; ao balcão de atendimento apropriado; a sinalizações de acessibilidade nos espaços públicos; e mouses adaptados, próteses, órteses e outros recursos, entre outros.

Buscando contribuir para a aprendizagem dessa nova área de conhecimento para os profissionais das instituições de ensino, se justifica a investigação proposta de estudo de caso da biblioteca do IFRJ - *Campus* Paracambi, apresentando uma metodologia e elementos importantes a serem considerados nas adaptações para prover a acessibilidade arquitetônica e instrumental, que como um todo, necessita de estudos. O *Campus* está instalado em uma construção inglesa do século XIX. Foi a primeira grande fábrica de tecidos de algodão do Brasil, inclusive, sua fachada foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Além do *Campus* do IFRJ outras instituições de ensino público fazem uso do espaço. A instalação do *Campus* ocupa três andares do primeiro prédio da Fábrica. Assim, sendo uma construção antiga, quando os critérios para a acessibilidade nem eram cogitados, a adaptação de tais espaços, torna-se essencial para que possam permitir a autonomia das pessoas com deficiência nesse espaço público.

Sendo assim, esta pesquisa propõe o estudo de caso descritivo de condições a serem atendidas para viabilizar o provimento de acessibilidade arquitetônica à biblioteca do IFRJ - *Campus* Paracambi em prol do acesso informacional de seus usuários. Apoiou-se em pesquisa documental e bibliográfica, considerando-se a Lei nº 13.146/2015 e a norma técnica NBR 9050/2015, também ponderando entre outras fontes documentais, como: Sasaki (2009) quanto à problemática da

acessibilidade; Cambiaghi (2012) quanto ao Desenho Universal; e Gentil Junior (2016), quanto a critérios de análise da acessibilidade.

Este último autor (2016) apresenta uma metodologia em que cria indicadores a partir da constatação de haver ou não o atendimento a quesitos da norma técnica brasileira NBR 9050/2015, sendo considerado neste caso em estudo, quanto às barreiras arquitetônicas e urbanísticas, seis indicadores de acessibilidade, relativos ao entorno da biblioteca, à sua entrada, aos espaços internos, aos pisos, aos corredores e aos sanitários e; três referente aos balcões, às mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da biblioteca e às estantes, o que resultou no quadro 1 para se operacionalizar e tratar qualitativamente os resultados.

Quadro 1 – Atendimento a NBR 9050/2015

INDICADOR		
Quanto à Acessibilidade Arquitetônica:	SIM	NÃO
1. Entorno da Biblioteca;		
2. Entrada da Biblioteca;		
3. Espaços internos da Biblioteca;		
4. Pisos da Biblioteca;		
5. Corredores da Biblioteca; e		
6. Sanitários da Biblioteca.		
Quanto à Acessibilidade Instrumental:		
7. Balcão de Atendimento da Biblioteca;		
8. Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca		
9. Estantes da Biblioteca.		

Fonte: Elaborado a partir de Gentil Filho (2016)

O resultado é tratado qualitativamente.

Entre janeiro e março de 2017, foi realizado a pesquisa de campo aplicando os conhecimentos ao caso.

3 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Para Sasaki (2009), a acessibilidade possui seis dimensões, a saber: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Em especial, a acessibilidade arquitetônica, no campo da educação, é considerada relevante para Sasaki (2009), para a qual os seguintes aspectos são considerados:

Guias rebaixadas na calçada defronte à entrada da escola, caminhos em superfície acessível por todo o espaço físico dentro da escola, portas largas em todas as salas e demais recintos, sanitários largos, torneiras acessíveis, boa iluminação, boa ventilação, correta localização de mobílias e equipamentos etc. Implantação de amplos corredores com faixas indicativas de alto contraste, elevadores, rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto entre as prateleiras e estantes, as mesas e cadeiras e os equipamentos (máquinas que ampliam letras de livros, jornais e revistas, computadores etc.). (SASSAKI, 2009, p.12).

O termo acessibilidade está relacionado, de uma forma geral, para com as pessoas com deficiência, razão pelo qual é utilizado outro conceito, o de Desenho Universal, por ser este mais amplo, atendendo a todos os indivíduos, independente de apresentação de avaliação de equipes especializadas, pessoas essas que podem ter necessidade de edificações acessíveis que demandem pouco esforço físico para seu acesso e uso, como expõe Cambiaghi (2012, p.74).

De acordo ainda com Cambiaghi (2012) o primeiro padrão de Desenho Universal acessível foi do Instituto Nacional Americano de Padronização (*American National Standards Institute* – ANSI), em 1961, que embasou tecnicamente a legislação original americana sobre acessibilidade a partir da norma “Especificações para a construção de edificações e facilidades de acesso e utilização por pessoas com deficiências e mobilidade reduzida” (*Specifications for Making Buildings and Facilities Accessible to and Usable by Physically Handicapped People*), que determina as especificações técnicas para a construção de edificações com facilidade de acesso e uso para pessoas com deficiência.

São muitas as expressões empregadas com o sentido de desenho universal: projetar para todos, projetos para longevidade, respeito pelas pessoas, design para a diversidade e, ainda, arquitetura inclusiva ou sem barreiras. Todavia, os conceitos do desenho universal ou de projetar para todos são os que transmitem uma visão mais abrangente sobre o assunto e, portanto, garantem menor receio em sua aplicação. Isso

porque, em lugar de concentrar os benefícios em apenas uma parte da população, tais conceitos expressam a noção de projetar para o maior número possível de pessoas. (CAMBIAGHI, 2012, p.74).

No Brasil, a Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, determina a concepção de acessibilidade, desenho universal e adaptações razoáveis, nos incisos I, II e VI do Art. 1º., como, respectivamente, sendo:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva [...]

VI - adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais. (BRASIL, 2015).

A perspectiva de acessibilidade para a pessoa com deficiência física depende, portanto, das ponderações de desenho universal e outras que operacionalizem as determinações legais aplicadas ao caso do edifício ou do espaço público considerado. Uma normatização convergente quanto ao espaço físico é propiciada pela norma técnica NBR 9050/2015 (ASSOCIAÇÃO..., 2015). As reflexões dessa norma devem ser utilizadas em cada ponto que ela destaca do espaço, devendo ser analisado caso a caso.

Abaixo encontramos os critérios utilizados de acordo com o conjunto de indicadores de acessibilidade, no estudo de Gentil Júnior (2016), que apresenta uma metodologia em que cria indicadores a partir da constatação de haver ou não o atendimento a quesitos da norma técnica brasileira NBR 9050/2015.

Assim, para as barreiras na edificação e entorno observou-se:

- Entorno da Biblioteca;
- Entrada da Biblioteca;
- Espaços internos da Biblioteca;
- Pisos da Biblioteca;

- Corredores da Biblioteca e;
- Sanitários da Biblioteca.

Para os móveis e mobiliário, apreciou-se:

- Balcão de Atendimento da Biblioteca;
- Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca e;
- Estantes da Biblioteca.

No caso de atendimento à norma, o indicador recebe a ponderação qualitativa de que atende, que é SIM, isto é, “sim, atende”. Quando não atender ou atender parcialmente, o indicador é NÃO, indicando que não atende.

O autor citado (2016) trata qualitativamente os dados coletados.

4 BIBLIOTECA ESCOLAR DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – IFRJ – CAMPUS PARACAMBI

A biblioteca escolar do IFRJ – *Campus* Paracambi, destacada para o estudo de caso, iniciou suas atividades no início do ano de 2008 e, como sugere a sua classificação, visa atender à demanda informacional de usuários de sua comunidade escolar, que é composta por 669 alunos matriculados nos cursos técnicos de Eletrotécnica e Mecânica, 77 docentes e 53 técnicos administrativos da educação. Para esse atendimento, que ocorre no horário de funcionamento das 8h às 20h, de segunda à sexta-feira, atualmente conta com cinco servidores, sendo dois bibliotecários documentalistas, três auxiliares de biblioteca e uma estagiária de biblioteconomia.

O seu acervo é composto por cerca de 5.000 exemplares, que englobam assuntos das áreas de conhecimento que são abrangidas pelas disciplinas integrantes da grade curricular dos cursos técnicos da instituição, entre os quais estão incluídos também publicações das áreas de Educação, Filosofia, Literatura, História, Sociologia, Biologia e Geografia, que constituem em um acervo considerável. A biblioteca disponibiliza para seus usuários três salas de estudo em grupo, oito baias para estudo individualizado, oito computadores conectados à internet para realização de pesquisa e 44 lugares no salão da biblioteca, disponíveis para estudo e consulta.

Oferece para seus usuários os seguintes serviços: Empréstimo local e domiciliar; Serviço de pesquisa bibliográfica na base de dados do acervo e Serviço

de emissão de “nada consta”, para alunos que fazem requerimento de conclusão de curso, trancamento de curso ou mudança de *Campus*.

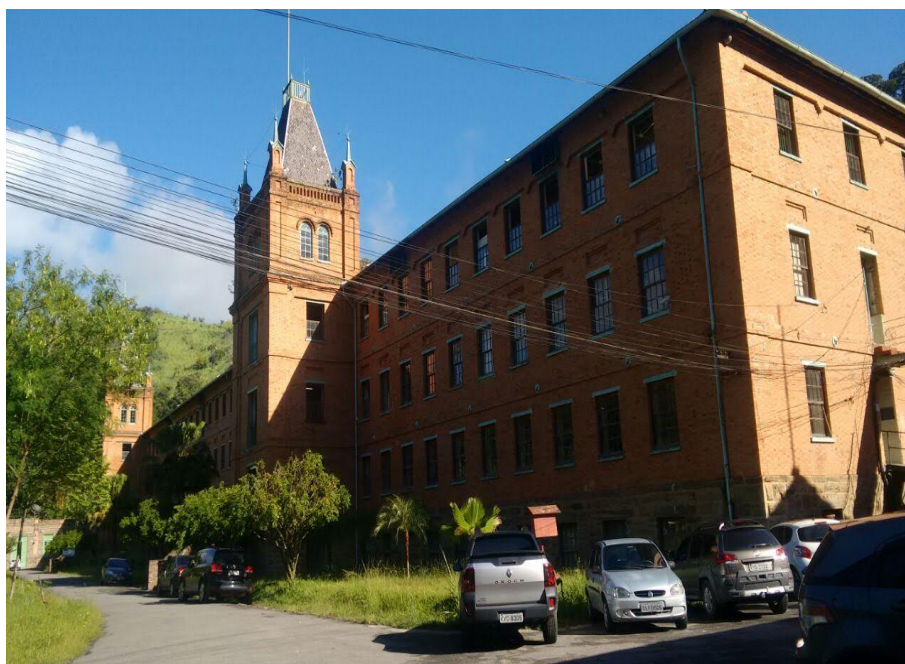
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O resultado da pesquisa de campo ocorre por meio da análise da acessibilidade arquitetônica e instrumental da Biblioteca do IFRJ – *Campus* Paracambi por meio de nove indicadores de acessibilidade quanto a barreiras arquitetônicas e urbanísticas, que são propostos conforme o local destacado:

1. Entorno da Biblioteca

A biblioteca está localizada no segundo andar do prédio da Rua Sebastião de Lacerda, s/n - Centro, Paracambi - RJ, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro – RJ, que é apresentado na fotografia 1 adiante.

Fotografia 1 - IFRJ – *Campus* Paracambi



Fonte: Os autores, 2017

O percurso entre o ponto de ônibus (embarque/desembarque) até o Instituto é repleto de obstáculos, observado já desde o calçamento. A calçada não possui espaço apropriado para locomoção da pessoa com deficiência física que utiliza cadeira de rodas, possuindo 1,16 m de largura e 1,90 m de altura livre, como demonstra a fotografia 2.

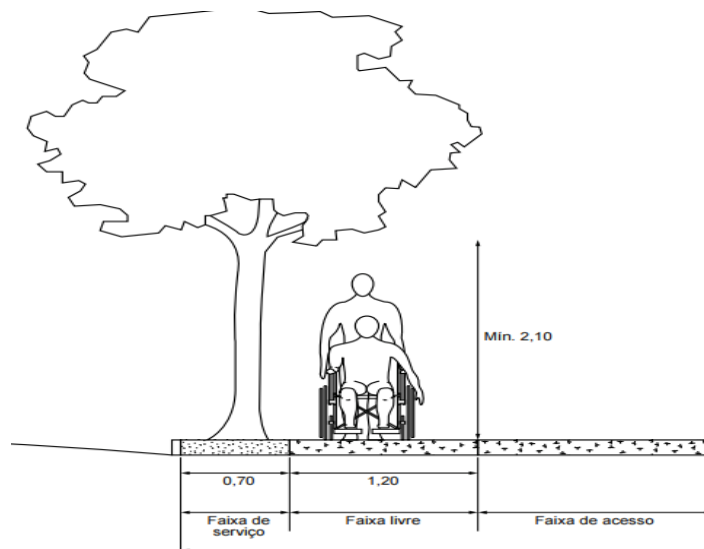
Fotografia 2 - Calçada que dá acesso ao Instituto



Fonte: Os autores, 2017

As calçadas não possuem um adequado rebaixamento de meio-fio e estão desgastadas, com buracos e obstáculos, estando em desacordo como o previsto nas normas da ABNT NBR 9050:2015, que determina uma faixa livre de passeio livre de obstáculos e com no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1 – Faixas de uso da calçada



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 2015, p. 75

Em relação ao transporte público no entorno do IFRJ – *Campus Paracambi*, não é possível afirmar que seja acessível, visto que as linhas de ônibus que circulam ao redor não possuem o Símbolo Internacional de Acesso (SIA).

Outro fato que chama atenção são os semáforos, a NBR 9050 determina que eles devem situar-se entre 0,80 m e 1,20 m de altura do piso acabado, o tempo de travessia de pedestres deve estar adequado à marcha de pessoas com mobilidade reduzida de 0,4 m/s e devem estar equipados com mecanismos e dispositivos sincronizados que contenham sinais visuais e sonoros e isso não foi observado em sua totalidade.

Fotografia 3 – Caminhos de acesso ao IFRJ - Paracambi



Fonte: Os autores, 2017

No caso do acesso as pessoas com necessidades especiais, observa-se que é um caminho longo, mas pelo menos um deles é acessível, que é o apresentado à esquerda na fotografia 3. É importante salientar que o *Campus* possui estacionamento e o mesmo dispõe de vaga destinada a PNE com sinalização de acordo com o SIA.

Após o trajeto identificado anteriormente, chega-se ao prédio no qual a biblioteca está localizada, mas é necessário o uso da escada apresentada na fotografia a seguir.

Fotografia 4 – Escada para acesso ao prédio



Fonte: Os autores, 2017

O Instituto funciona no referido prédio, desde o ano de 2007, porém o *campus* apresenta restrições críticas de mobilidade, como essas escadas, que até o momento é o único meio de acesso aos andares, tornando-se inviável a circulação de pessoas em cadeiras de rodas e um problema para as demais pessoas com mobilidade reduzida possam transitar com facilidade. Cabe acrescentar que já foi providenciada a instalação de elevadores, mas ainda não estão em funcionamento, mas não há conhecimento, por enquanto, que atendam aos requisitos das normas aplicáveis como a entrada, as rampas, a áreas de giro, a largura de porta, dentre outras.

Analisado o entorno da biblioteca, verificar-se-á o próximo indicador, que é quanto à entrada da biblioteca.

2. A entrada da Biblioteca

O acesso principal à biblioteca é realizado por uma porta com dimensões de 0,75 m de largura por 2,10 m de altura, não estando de acordo com o que prevê a ABNT que são no mínimo 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. A biblioteca possui, também, Sistema Anti-furto, com antenas detectoras de etiquetas. A medida do vão livre entre as antenas é de 0,76 m, o que implica que não está de acordo com as especificações da ABNT.

A porta possui abertura para a parte interior, mas o ideal seria que a maçaneta fosse do tipo alavanca, permitindo a abertura com um único movimento. A altura da maçaneta está a 0,98 m do chão, dentro das especificações da ABNT. (ASSOCIAÇÃO..., 2015).

A porta também possui um visor, conforme demonstra a fotografia 5, cuja altura não possibilita detectar pessoas de baixa estatura, pessoas em cadeiras de rodas, o que pode gerar colisões na entrada e saída do recinto.

Fotografia 5 – Porta de entrada da biblioteca



Fonte: Os autores, 2017

A NBR 9050:2015 também recomenda que as portas devam apresentar em sua parte inferior, no lado oposto ao lado da abertura, revestimento resistente aos impactos ocasionados por muletas, bengalas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso, aspecto, também, que não fora observado na porta de entrada da biblioteca. Realizada a análise do entorno e entrada da Biblioteca, o próximo indicador a ser considerado é o relativo aos espaços internos da biblioteca.

3. Os espaços internos da Biblioteca

Nem todas as áreas da biblioteca possuem rotas acessíveis. A sala de processamento técnico é um exemplo, cujo vão livre é de apenas 0,58 m, fato que dificulta a locomoção de uma Pessoa em Cadeira de Rodas (P.C.R) e Pessoa com Mobilidade Reduzida (P.M.R), como mostra a fotografia 6.

Fotografia 6 – Sala de Processamento Técnico



Fonte: Os autores, 2017

As especificações dos espaços internos da biblioteca não atendem as especificações da NBR 9050:2015 que preconiza o seguinte:

9.3.1.2 As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem garantir um M.R. posicionado para a aproximação frontal. Deve ser garantida ainda circulação adjacente que permita giro de 180° à P.C.R.

9.3.1.3 As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem possuir tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m.

9.3.1.4 Deve ser assegurada altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m, com profundidade livre mínima de 0,50 m, de modo que a P.C.R. tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou superfície. (ASSOCIAÇÃO..., 2015, p. 119).

Além da NBR 9050:2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 06 de julho de 2015, prevê em seu Art. 34 que “as pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são **obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos**”. (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Após analisar os espaços internos da biblioteca, o próximo indicador se refere ao piso.

4. Pisos da Biblioteca

O que chama atenção no piso da biblioteca é que seu revestimento pode gerar risco por não ser antiderrapante, como mostra a fotografia 7. Entretanto, não há empecilhos à mobilidade em cadeiras de rodas.

Fotografia 7 – Piso e corredor da biblioteca



Fonte: Os autores, 2017

Sendo que a norma prevê:

6.3.2 Revestimentos. Os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado). (ASSOCIAÇÃO..., 2015, p. 55).

A NBR 9050:2015 ainda cita critérios relacionados à existência de capachos, forrações, carpetes tapetes, mas não se aplicaram à análise da acessibilidade da biblioteca. Porém, não há sinalização visual e tátil no piso.

5. Corredores da Biblioteca

Em espaços educacionais, como os corredores, a NBR expõe que os mesmos devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos. As larguras mínimas são de 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m. Já para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m, a largura mínima deve ser de 1,20 m. Corredores com extensão superior a 10,00 m, a largura mínima deve ser de 1,50 m. Sendo que 1,50 m para corredores de uso público e maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas.

Considerando as especificações de largura mínima dos corredores, a biblioteca não consegue atender de forma plena, uma vez que a largura existente é de 1,76 m, porém quando as cadeiras estão sendo utilizadas pelos usuários, acabam se tornando obstáculos para o percurso de pessoas com mobilidade reduzida ou pessoas com cadeiras de rodas.

6. Sanitários da Biblioteca

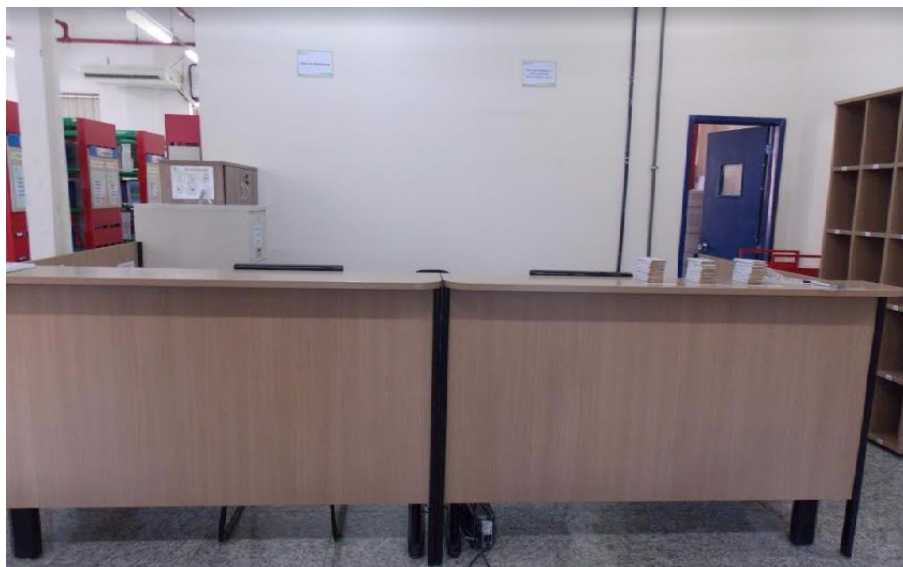
No que se refere a este indicador, no andar da biblioteca existem sanitários, mas não estão de acordo como previsto na NBR 9050:2015. No prédio, não existem sanitários com a sinalização internacional de acessibilidade.

Quanto aos móveis e mobiliário:

7. O balcão de atendimento

Com relação a acessibilidade instrumental, o balcão de atendimento é o primeiro indicador a ser analisado. A NBR 9050:2015 no item 9.2.1.4 cita que o balcão de atendimento acessível deve possuir altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso, assegurando a altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m de modo a permitir a aproximação frontal ou lateral de modo que a P.C.R tenha a possibilidade de avançar sobre o balcão.

Fotografia 8 – Balcão de atendimento



Fonte: Os autores, 2017

O balcão da biblioteca analisada possui 1,15m de altura e também não atende as demais especificações, inviabilizando a acessibilidade física aos mesmos.

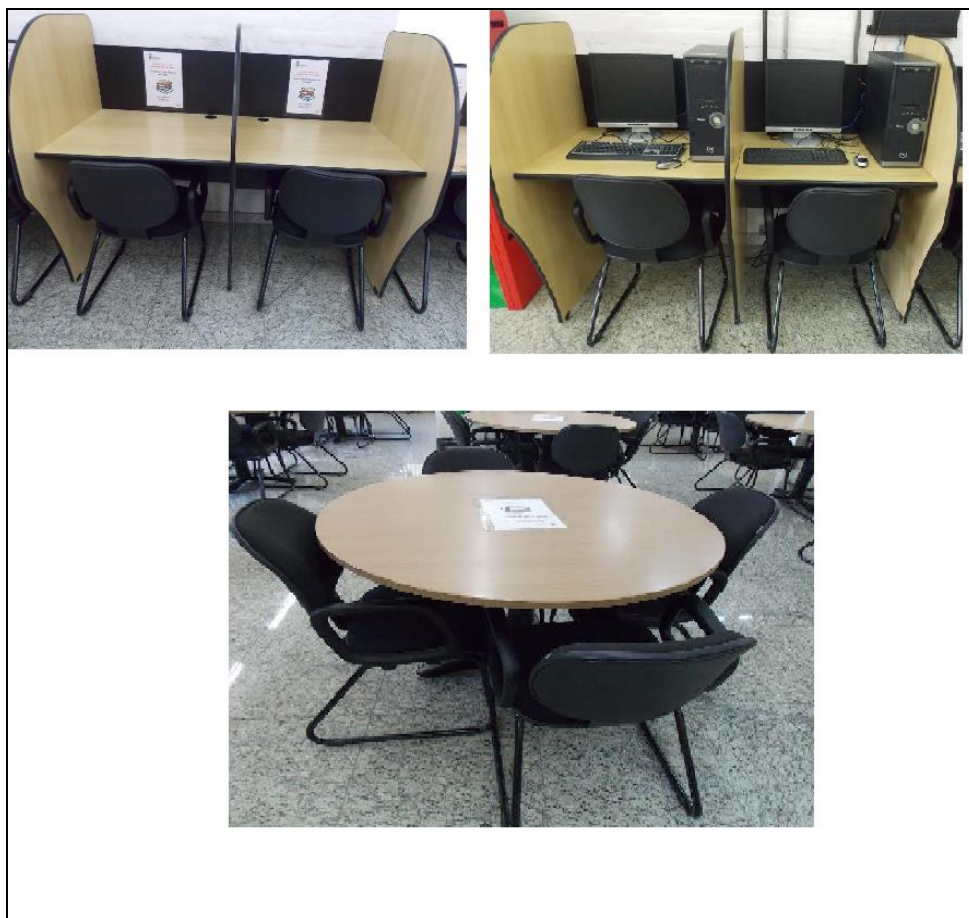
8. As mesas de estudo e terminais de consulta

As mesas de estudo também merecem atenção, quanto à acessibilidade, principalmente no ambiente da biblioteca escolar. A NBR 9050:2015, item 10.16.2 prevê que pelo menos 5% das mesas de estudo, devam ser acessíveis, bem como possibilitar que outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

Conforme a NBR 9050:2015, as mesas de estudo da biblioteca do IFRJ *Campus* Paracambi atendem as normas referente à altura e profundidade, mas na distância entre mesas não atende, uma vez que foi verificado em alguns pontos a largura inferior a 0,50 m quando a biblioteca está com muita demanda e a norma estabelece que seja no mínimo 0,80 m.

Os terminais para consulta com acesso à internet e as baias para estudo individual atendem as especificações da NBR 9050:2015. A fotografia abaixo ilustra os móveis referenciados.

Fotografia 9 – As mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca



Fonte: Os autores, 2017

Podemos verificar que somente o mobiliário para estudo individualizado oferece condições de acessibilidade.

9. As Estantes

Viabilizar a circulação entre as estantes e a utilização de maneira autônoma do acervo da biblioteca também é essencial. A NBR 9050:2015 determina no item 10.16.3 que a largura livre nos corredores entre estantes de livros deve possuir no mínimo 0,90 m e que nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas, mas tais especificações não correspondem com a realidade da biblioteca analisada, conforme fotografia abaixo.

Fotografia 10 – Estantes da Biblioteca



Fonte: Os autores, 2017

A Biblioteca não contemplou as especificações da NBR 9050:2015 que para este espaço é de no mínimo 0,90 m. A altura das prateleiras também não atende às faixas de alcance manual e os parâmetros visuais de pessoas em cadeira de rodas. Na realidade, o espaço é reduzido até para os demais usuários em geral.

Abaixo encontramos os critérios utilizados de acordo com o conjunto de indicadores de acessibilidade, no estudo de Gentil Júnior (2016).

INDICADOR		
Quanto à Acessibilidade Arquitetônica:	SIM	NÃO
1. Entorno da Biblioteca;		X
2. Entrada da Biblioteca;		X
3. Espaços internos da Biblioteca;		X
4. Pisos da Biblioteca;		X
5. Corredores da Biblioteca; e		X
6. Sanitários da Biblioteca.		X
Quanto à Acessibilidade Instrumental:		
7. Balcão de Atendimento da Biblioteca;		X
8. Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca		X
9. Estantes da Biblioteca.		X

Em resumo, o resultado aponta que o entorno do *Campus* revela a existência de obstáculos no calçamento, falta de acessibilidade nos meios de transporte, nas sinalizações externas. A biblioteca está localizada no segundo andar do prédio e o acesso se dá por meio de escadas, dificultando e até mesmo inviabilizando o acesso de pessoa em cadeira de rodas, bem como das demais pessoas com alguma restrição de mobilidade. A porta de entrada da biblioteca e alguns mobiliários precisam ser revistos, bem como os sanitários do prédio.

No entanto, observou-se que apesar dos entraves à acessibilidade, percebe-se que esforços estão sendo feitos para a melhoria dos espaços, principalmente para o atendimento às exigências da acessibilidade, como a instalação de elevador, sinalização de vagas acessíveis no estacionamento.

Observa-se que o método permite aos administradores da instituição criar inclusive critérios de prioridades para mudanças.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa sobre a acessibilidade em biblioteca escolar quanto a barreiras arquitetônicas e urbanísticas com objetivo de investigar as condições de locomoção de usuários com deficiência com comprometimento de mobilidade, em prol de seus acessos informacionais, evidenciou-se alguns elementos importantes a serem considerados nas adaptações para prover a acessibilidade as essas bibliotecas escolares, destacando-se o próprio método no qual foi lidado com um quadro de indicadores elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Esse fato não pode deixar de ser levado em consideração. Isto é, para os projetos de acessibilidade serem concretizados, é necessário o interesse do administrador público e a contratação de profissionais especializados, como engenheiros e arquitetos. São ações que requerem atenção aos diversos aspectos, que vão desde a instalação de rampas e/ou elevador, perpassando pela sinalização das ruas no entorno.

As determinações legais de acessibilidade se não forem cumpridas na sua integridade não propiciarão a almejada inclusão social das pessoas com deficiência, que em geral, são obrigadas a conviverem com paradigmas de construção civil do século passado, no qual nem todos podem ter acesso ao local e dele usufruir. Porém, a acessibilidade não deve ser resumida no atendimento aos

códigos de obra e normalização técnica, devendo visar a convivência inclusiva, que atenda demandas de todos os cidadãos.

Finalmente, concluiu-se que o método permite aos administradores da instituição estabelecer critérios de prioridades para mudanças em prol da acessibilidade, na busca de soluções destinadas senão à eliminação, à redução ou à superação de barreiras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p.45-52, out. 2011. Trimestral.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 29 jan. 2017.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 3.ed. São Paulo: SENAC, São Paulo, 2012.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **As cinco leis da biblioteconomia e o exercício profissional**. 1992. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/biti/mluiza/index.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Orgs.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006. cap.4, p.21-32.

GENTIL JUNIOR, Jorge Sebastião. **Formulação de indicadores qualitativos de acessibilidade**: o caso da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Paracambi - censo demográfico 2010**: resultados da amostra – pessoas com deficiência. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330360&idtema=92&search=rio-de-janeiro%7Cparacambi%7Ccenso-demografico-2010:-resultados-da-amostra-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016**. 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_do_u_2016_20160913.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de; MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. Bibliotecas universitárias e a acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 04 - 19, jul./dez. 2015. Disponível em:< <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/download/24226/17831>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Reação**, São Paulo, Ano 12, p.10-16, mar./abr. 2009.

SILVA, Monica do Amparo. Biblioteca escolar: uma reflexão sobre a literatura. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/324.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

SOUSA, Maria Eliziana Pereira de; TARGINO, Maria das Graças. Cinco Leis da Biblioteconomia / Cinco Leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v.3, n.1, p.11-29, jan./abr. 2016.

TAMASHIRO, Marcele do Nascimento Silva. **Acessibilidade arquitetônica sob o prisma da biblioteca escolar do IFRJ – Campus Rio de Janeiro**: a garantia da igualdade na diversidade. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.